



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS

Processo Legislativo nº 17/2025

Parecer Jurídico nº: 17/2025

O Projeto de Lei nº 2.926, de 30 de janeiro de 2025 de autoria do Poder Executivo, requer a autorização do Poder Legislativo para abrir crédito especial por excesso de arrecadação, no valor de R\$ 11.791,35 (onze mil setecentos e noventa e um reais e trinta e cinco centavos) no orçamento do exercício do ano de 2025. Recurso repassado de forma extraordinária e emergencial destinado a apoiar os municípios na implantação do serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergenciais. Para Barão esse repasse poderá ser utilizado para a aquisição de medicamentos constantes da Farmácia Básica Federal.

A Lei Orgânica Municipal determina em seu artigo 42, inciso V, in verbis:

Art. 42 – Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito:

V – autorizar abertura de créditos suplementares e especiais, e deliberar sobre os créditos extraordinários abertos pelo Executivo.

Assim, o Poder Executivo tem prerrogativa para requerer e a Câmara de Vereadores possui competência para autorizar a abertura de crédito especial por excesso de arrecadação nos termos da Lei Orgânica do Município e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, salvo melhor juízo, o presente Projeto de lei atende aos requisitos legais quanto a proposição e a matéria, portanto esta assessoria, após análise, **OPINA pela Legalidade e Constitucionalidade do mesmo**, tendo em vista que estão de acordo com a previsão da Lei de Responsabilidades Fiscal e a Lei Orgânica Municipal, estando apto a ser analisado pelos Nobres Vereadores da Comissão para a análise e pertinência do presente projeto de Lei.

É o parecer.

Barão/RS, 10 de fevereiro de 2025.

Elisane Maciel Silva
OAB/RS 96.540